



Número: **0800975-03.2019.8.18.0048**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Demerval Lobão**

Última distribuição : **22/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARLI PEREIRA DA SILVA (AUTOR)		AMANDA PATRICIA VILELA DA COSTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7676397	17/12/2019 15:57	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
7463846	04/12/2019 08:47	<a href="#">Certidão de conclusão</a>	Certidão
7309716	22/11/2019 22:30	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
7309717	22/11/2019 22:30	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL DPVAT</a>	Petição
7309719	22/11/2019 22:30	<a href="#">DOCUMENTOS INICIAIS</a>	Documentos
7309722	22/11/2019 22:30	<a href="#">Doc do falecido</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**VARA ÚNICA DA COMARCA DE DEMERVAL LOBÃO DA**  
**COMARCA DE DEMERVAL LOBÃO**

Rua Mato Grosso, 395, Centro, DEMERVAL LOBÃO - PI - CEP: 64390-000

**PROCESSO Nº:** 0800975-03.2019.8.18.0048

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** MARLI PEREIRA DA SILVA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DESPACHO**

Estando a inicial nos termos dos requisitos estabelecidos pelo Código de Processo Civil defiro a justiça gratuita e designo **o dia 07/04/2020, 10h00min**, para audiência de conciliação, a ser realizada nas dependências deste Juízo, devendo a parte requerida ser citada acompanhada de cópia da inicial.

Intimem-se as partes, através de seus procuradores, caso tenham, para comparecerem à audiência. Sendo uma das partes representadas pela Defensoria Pública, intime-se via postal ARMP, oficiando-se a esta para o mesmo fim. Ficam as partes cientificadas que :

- a). O réu deverá indicar o seu desinteresse na auto composição por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (§ 5º, Art. 334 do Novo CPC).
- b) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (§8º, Art. 334 do Novo CPC).
- c). As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (§9º, Art. 334 do Novo CPC).

Cumpra-se.

**DEMERVAL LOBÃO-PI, 17 de dezembro de 2019.**

**MARIA DA PAZ E SILVA MIRANDA**  
**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Demerval Lobão**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE DEMERVAL LOBÃO DA COMARCA DE**  
**DEMERVAL LOBÃO**  
Rua Mato Grosso, 395, Centro, DEMERVAL LOBÃO - PI - CEP: 64390-000

---

**PROCESSO Nº:** 0800975-03.2019.8.18.0048

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** MARLI PEREIRA DA SILVA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO DE CONCLUSÃO**

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

DEMERVAL LOBÃO-PI, 4 de dezembro de 2019.

**EDIVAN DE MOURA SOARES**  
**Secretaria da Vara Única da Comarca de Demerval Lobão**

PETIÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO.

AMANDA PATRÍCIA VILELA DA COSTA

OAB-PI 13.990



AMANDA VILELA ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA.

---

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE DEMERVAL LOBÃO-PI.**

**MARLI PEREIRA DA SILVA**, Brasileira, solteira, do lar, Portadora da Cédula de Identidade de nº 2371044, CPF de nº 009.785.223-62, residente e domiciliada no Conjunto Multirão, Quadra B, Casa C, Bairro Centro, Demerval Lobão-PI, por intermédio de sua Advogada e bastante Procuradora “in fine” assinado, com escritório profissional localizado no endereço constante do rodapé da presente, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, endereço eletrônico: e-mail: amanda.vilelaadvocacia@gmail.com, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

Em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

---

Escritório de Advocacia Amanda Vilela OAB-PI 13.990  
Amarante- PI: Av. Afrânio Filho, nº 1122, bairro Escalvado, Amarante-PI  
Demerval Lobão-PI, Rua São Domingos, nº 541, Bairro Cidade Nova, Demerval Lobão-PI.  
Telefone: (86) 9.99841-5590, e-mail: amanda.vilelaadvocacia@gmail.com

Página 1



## **PRELIMINARMENTE**

### **DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

A Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

### **DO INTERESSE DE AGIR – VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA – IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO LEVA AO AJUIZAMENTO PARA COBRANÇA DE DIFERENÇAS**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS.  
INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ  
PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL.  
DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM  
PEDIDO ADMINISTRATIVO.**



1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA.** A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional- 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar qualquer dúvida quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:**

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS





não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).

- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente, morte e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.



Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem, contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessa situação acima expostas.

## **I. DA SINOPSE FÁTICA**

A requerente era companheira do falecido COSMO SILVA DO BONFIM, Portador do CPF nº 955.252.893-34, e com RG nº 54426661 SSP SP, falecido em 15/07/2018, vítima de acidente de trânsito, quando nas mediações da BR 316, mais precisamente próximo a Prefeitura de Demerval Lobão-PI, sofreu um acidente de trânsito, não resistindo aos ferimentos, vindo à óbito, conforme Certidão em anexo, onde aponta que o evento morte fora causado por traumatismo cranioencefálico.

O acidente aconteceu durante a constância da união entre o falecido e a requerente, eis que o reconhecimento e a dissolução da união estável foi devidamente averbada na certidão de nascimento da requerente e certidão de óbito do falecido, em anexo.

Salienta-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de **DPVAT**, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta



comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Importante salientar que o falecido deixou 02 (duas) filhas advindas de seu primeiro casamento, e que em momento oportuno requer que as mesmas integrem a lide para que seja feito o devido rateio dos valores eventualmente devidos.

Mister salientar que todos os documentos médicos estão sobre os poderes das filhas do falecido, que se negam a disponibilizar para a autora, eis que impulsionou somente o ingresso da presente ação na via judicial e não administrativa.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr COSMO SILVA DO BONFIM, culminado com o óbito, a Requerente companheira do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

## **II. DA FUNDAMENTAÇÃO JURIDICA**

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:



*“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea l nestes termos:*

*Art. 20, l – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.*

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;*

*Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.*

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto é cônjuge sobrevivente da vítima.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO.** (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).



**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS.**(TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Desse modo, recorreremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

## DA PERÍCIA



Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

### III. DOS PEDIDOS

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) A concessão da justiça gratuita, haja vista a Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR), nos termos dos Arts. 221, inciso I e 222, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, for decretada a revelia da Seguradora Requerida, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido



de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

e) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

f. A) Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.

f. B) Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.

g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;



AMANDA VILELA ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA.

---

h) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome da advogada AMANDA PATRÍCIA VILELA DA COSTA, OAB-PI 13.990 sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

**Amanda Patrícia Vilela da Costa**  
**Advogada**  
**OAB-PI 13.990**



## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

Marli Pereira da Silva, brasileira, solteira, do lar,  
RG nº 2.371.044, residente e domi-  
niada no Conjunto Mutirão, Alameda B, C C, Demer-  
val Lobão - PI.

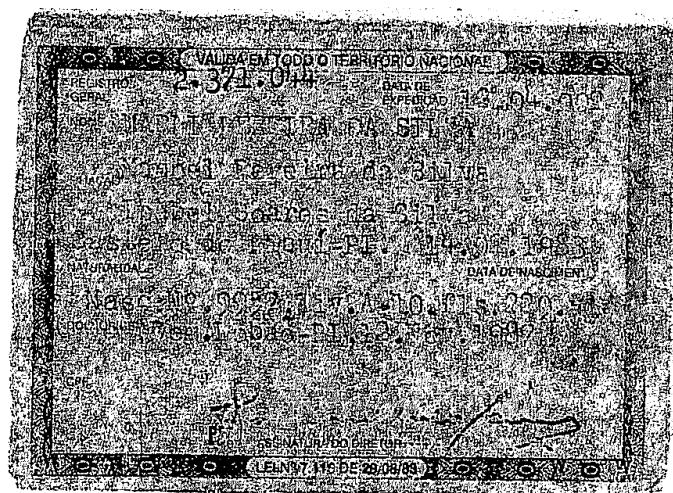
**OUTORGADOS:** AMANDA PATRÍCIA VILELA DA COSTA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-PI sob o nº 13.990, com endereço profissional situado na Avenida Padre Joaquim Nonato, nº 767, Ed. Francisco Cardoso, Piso superior, sala 02, Demerval Lobão-PI - Telefones: (86) 99841-5590, (86) 99491-1390, e-mail: [amanda.vilela@advocacia@gmail.com](mailto:amanda.vilela@advocacia@gmail.com), onde recebe intimações e citações.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

**FINALIDADE:** Ingressar AÇÃO DE RECONHECIMENTO  
DE UNIÃO ESTÁVEL

Demerval Lobão, 29/10/18.

Marli Pereira da Silva  
OUTORGANTE





**Ministério da Fazenda  
Receita Federal**



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF**

**Número**

**009.785.223-62**

**Nome**

**MARLI PEREIRA DA SILVA**

**Nascimento**

**14/02/1983**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 86962 Série 10020-PI



*marli pereira da silva*  
ASSINATURA DO

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome *Marli Pereira da Silva*  
Loc. Nasc. *Castelo do Piauí* Est. *Piauí* Data *14/02/83*  
Filiação *Manoel Pereira da Silva*  
*e Isabel Soares da Silva*  
Doc. Nº *Cart. Pass. 9957, Fes 229 V. LIVRO A*

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ..... / ..... / ..... Doc. Ident. Nº .....  
Exp. em ..... / ..... / ..... Estado .....

Obs.:

Data Emissão *09/04/2002* DRT *Demerval Lobato*

*Jacinta de Fátima Ribeiro de Moraes*  
Assinatura do Funcionário

*Jacinta de Fátima Ribeiro de Moraes*  
Funcionário - STE

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador SATURNINO JANTAS DE MOURA  
 CNPJ/MF 182.344.433-92  
 Rua CELSA VÉRAS Nº 435  
 Município TERESINA Est. PI  
 Esp. do estabelecimento DOMESTICA  
 Cargo EMPREGADA DOMESTICA  
 CBO nº .....  
 Data admissão 01 de abril de 2008  
 Registro nº ..... Fls./Ficha .....  
 Remuneração especificada R\$ 415,00  
(quatrocentos e quinze reais)  
Saturnino Jantas de Moura  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Data saída 20 de maio de 2008  
Saturnino Jantas de Moura  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Com. Dispensa CD Nº .....

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Wera Leônidas Lima Cruz  
 CNPJ/MF 182.312.292-72  
 Rua Paulo Band Filho Nº 4928  
 Município TERESINA Est. PI  
 Esp. do estabelecimento DOMESTICA  
 Cargo empregada Domestica  
 CBO nº .....  
 Data admissão 01 de abril de 2008  
 Registro nº ..... Fls./Ficha .....  
 Remuneração especificada R\$ 148,00  
(cento e quarenta e oito reais)  
Wera Leônidas Lima Cruz  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Data saída 01 de outubro de 2008  
Wera Leônidas Lima Cruz  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Com. Dispensa CD Nº .....

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador JAILMA BARBOSA DE ARAUJO SOUZA  
 CNPJ/MF 782.417.813-48  
 Rua Formigata Albino Filho Nº 575  
 Município TERESINA Est. PI  
 Esp. do estabelecimento DOMESTICA  
 Cargo Empregada doméstica  
 CBO nº .....  
 Data admissão 01 de agosto de 2014  
 Registro nº ..... Fls./Ficha .....  
 Remuneração especificada R\$ 224,00  
(duzentos e vinte e quatro reais)  
Jailma Barbosa de Araujo Souza  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Data saída 04 de agosto de 2015  
Jailma Barbosa de Araujo Souza  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Com. Dispensa CD Nº .....

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....  
 CNPJ/MF ..... Nº .....  
 Rua ..... Est. ....  
 Município .....  
 Esp. do estabelecimento .....  
 Cargo ..... CBO nº .....  
 Data admissão ..... de ..... de .....  
 Registro nº ..... Fls./Ficha .....  
 Remuneração especificada .....  
 .....  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Data saída ..... de ..... de .....  
 .....  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.  
 1º ..... 2º .....  
 Com. Dispensa CD Nº .....

### ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O contrato assinado na  
p. 10 e 11 do livro de  
registro de trabalho, com  
data de 30 de maio de 2008,  
promovido na forma da Lei  
12.127, de 01 de abril de 2008.  
Saturado por meio de

procedimento de contrato  
de trabalho, com data de  
30 de maio de 2008, para  
fornecer mais assistência

30 de maio de 2008  
Saturado por meio de  
procedimento de contrato  
de trabalho, com data de  
30 de maio de 2008, para  
fornecer mais assistência

### ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)



A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (°S)
85	52,63

ROT: 106.075.06.02.017800  
DATAS DA LEITURA

Atual:	08/10/2019
Anterior:	06/09/2019
Próxima Lei:	07/11/2019
Emissão:	07/10/2019
Apresentação:	08/10/2019

Código de Irregularidade:

Dias de Consumo: 32

**DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA**

## HISTÓRICO kWh

SET/19	131	CONSUMO	30 A R\$ 0,303003 =	9,09
AGO/19	129		55 A R\$ 0,519431 =	28,56
JUL/19	33	CONTR. ILUMINACAO P.B. (COSIP)		2,24
JUN/19	82	DIFERENCA DE TARIFA		35,93
MAI/19	73	SUBVENCAO BAIXA RENDA		25,83
ABR/19	77	CORRECAO MONETARIA IG 09/19-00		0,07
MAR/19	85	MULTA POR ATRASO 09/19-00		2,38
FEB/19	73	JUROS POR ATRASO 09/19-00		0,19
JAN/19	64	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA	- 0,15	
DEZ/18	68	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA	- 1,24	

TARIFA SEM TRIBUTOS:

0 A	30	- 0,217672
31 A	85	- 0,373150

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPCA O VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 07/10/2019, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

1. O prazo para o pagamento das parcelas de vencimento de suas faturas nos dias 1, 5, 10, 15, 20 ou 25, antes em contato por meio das normativas em vigor, de acordo com o contrato.

RESERVADO AO FISCO 6153.826A.A5F1.574F.E6FF.E567.6B24.93BE  
COMPOSIÇÃO DA CONTA - RS IMPOSTOS/TRIBUTOS

IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
15,48	Base de Cálculo
29,88	Alíquota ICMS 73,58
5,05	Valor do ICMS 16,18
2,47	Valor do PIS 0,80
20,70	Valor do COFINS 6,40%

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

DJC			FIC			DMIC	DICRI
Mensual	Trimestral	Anual	Mensual	Trimestral	Anual	Mensual	Mensual

Limite	7,66	15,33	30,65	3,61	7,23	14,45	4,31
Realizado	0,00			0,00			0,00

Conjunta **NAZARIA** Período de apuração: **03/2019** EUSD: **25,69**







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

**NOMES**

COSMO SILVA DO BONFIM (1º GEMEO)

CPF  
955.252.893-34

FRANCISCA REGINA DA SILVA

CPF  
SEM INFORMAÇÃO

**MATRÍCULA**

**149526 01 55 2000 2 00007 116 0001852- 78**

(LIVRO B: 7 TERMO: 1852 FOLHA: 116)

**Nomes completos de solteiro, datas de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiação dos cônjuges**

COSMO SILVA DO BONFIM (1º GEMEO), BRASILEIRO, NATURAL DE DEMERVAL LOBÃO-PI, NASCIDO EM DEMERVAL LOBÃO-PI, EM VINTE E UM (21) DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E OITENTA (1980), FILHO DE TEOTONIO ALVES DO BONFIM E MARIA PEREIRA DA SILVA DO BONFIM.

FRANCISCA REGINA DA SILVA, BRASILEIRA, NATURAL DE DEMERVAL LOBÃO-PI, NASCIDA EM DEMERVAL LOBÃO-PI, EM VINTE E NOVE (29) DO MÊS DE SETEMBRO (09) DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SEIS (1986), FILHA DE SEM INFORMAÇÃO E FRANCISCA PEREIRA DA SILVA.

**DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)**

VINTE E SEIS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL

DIA MÊS ANO  
26 07 2000

**REGIME DE BENS DO CASAMENTO**

SEPARAÇÃO DE BENS

**NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)**

CONTINUA O MESMO NOME  
FRANCISCA REGINA DA SILVA BONFIM

**AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCEER**

AV-1- NESTA DATA FAÇO A AVERBAÇÃO DO DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL DO CASAL: COSMO SILVA DO BONFIM(1º GEMEO) E FRANCISCA REGINA DA SILVA BONFIM, CONFORME SENTENÇA JUDICIAL PROFERIDA PELO MM. JUÍZ DE DIREITO DESTA COMARCA DR. RAIMUNDO JOSÉ GOMES, DATADA DE 03.09.2007 E TRANSITADO E JULGADO, NOS AUTOS DE DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL- PROC 66/2005, EM QUE OS MESMOS SÃO REQUERENTES, PASSANDO A CÔNJUGE VAROA A VOLTAR A USAR O NOME DE SOLTEIRA, OU SEJA: FRANCISCA REGINA DA SILVA. DEMERVAL LOBÃO-PI, 19.09.2007. AV-2- AVERBAÇÃO: FALECEU O SR. COSMO SILVA DO BONFIM, NO DIA 15/07/2018, CONFORME LIVRO C-4, FLS 279, Nº 2672, DESTA SERVENTIA. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. DEMERVAL LOBÃO-PI, 25/07/2018.

**ANOTAÇÕES DE CADASTRO**

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	54426661		SSP PI	
Cartão Nacional de Saúde	980016297096304			
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	028955601511	054/0027	DEMERVAL LOBÃO	PI

\* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

**NOME DO OFÍCIO:** SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO OFÍCIO ÚNICO DE DEMERVAL LOBÃO

**OFICIAL**

**REGISTRADOR:** GONÇALA FERREIRA DA SILVA

**MUNICÍPIO/UF:** DEMERVAL LOBÃO-PI

**ENDEREÇO:** AVENIDA PADRE JOAQUIM NONATO Nº 907 CENTRO

**TELEFONE:** (86)3260-1712 (86)98482-7151

**E-MAIL:** cartoriodemervallobao@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Data e local: DEMERVAL LOBÃO, PI, 23 de Outubro de 2019.

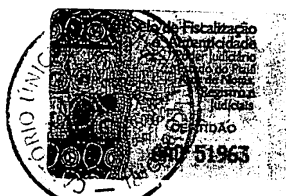
*Angela M. P. Soares de Sousa*  
Assinatura do Oficial

Angela M. P. Soares de Sousa

Emolumentos pagos: Cartório 34,09; Fomento 6,82; MP 0,85; Selo 0,26; Total R\$ 42,02


2ª Via de casamento, com averbação, além da busca

2ª VIA



ARPENBRASIL AA 014970275 BRP

## PROTOCOLO DE RECEPÇÃO

Tipo de Atendimento	Nº Protocolo
Orçamento	 2019.10.146

Certifico usando das atribuições que me são conferidas por Lei e a requerimento verbal e/ou por escrito de pessoa interessada que foi solicitado neste Cartório o serviço constando os dados abaixo descritos resumidamente para os devidos fins.

Data / Hora 21/10/2019 15:22:44	Interessado MARLI PEREIRA DA SILVA	CPF/CNPJ 009.785.223-62
Assunto: UNIÃO ESTÁVEL	Encaminhado para Protocolo Geral	Base de Cálculo 0,00
E-mail	Telefone para contato 000	Previsão/Entrega 28/10/2019 15:22:44
Anotação UNIÃO ESTÁVEL		

EMOLUMENTOS E/OU CUSTAS PREVISTAS								
Ato: Certidão Vínculo: 1								
Código TJ	Serviço	Qte	Valor	Fermojupe	Selo	ISS	FMMP	Total
87	Abertura de Protocolo -	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	Arquivamento de documentos -	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67.01	Habilitação, Registro de Casamento, Conversão de União Estável em Casamento Civil, incluindo a 1ª via da certidão -	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

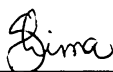
Obs.: Valores sujeito a alterações.

TOTAL GERAL: 0,00


OP nº

GRATUIDADE - Provimento nº 17, de 27 de agosto de 2013, Art. 154. Para a obtenção da gratuidade de que trata a Lei n. 11.441/07, deve ser apresentada declaração dos interessados, firmada de próprio punho, no sentido de que cumprem os requisitos específicos e objetivos para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, responsabilizando-se pessoalmente pelas consequências administrativas, civis e criminais dessa afirmação.

Demerval Lobão-PI, 21/10/2019



SHIRLEY DE SOUSA LIMA  
CAIXA

**ENTREGUE**  
Em, 23/10/19  




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1236669152

NOME  
COSMO SILVA DO BONFIM



DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSORA  
54426661 SSP SP

CPF  
955.252.893-34 DATA NASCIMENTO  
21/08/1980

FILIAÇÃO  
TEOTONIO ALVES BONFIM  
MARIA PEREIRA SILVA  
DO BONFIM

PERMISSÃO  
ACC  
CAT HUB

Nº REGISTRO  
02.007.917.041 VALIDADE  
25/01/2021 P HABILITAÇÃO  
21/05/2011

OBSERVAÇÕES

*Cosmo Silva do Bonfim*  
ASSINATURA DO PORTADOR

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1236669152

LOCAL  
TERESINA

DATA DE EMISSÃO  
27/01/2016

*Arão Martins do Rego Lobão*  
ARÃO MARTINS DO REGO LOBÃO  
GERENTE GERAL DO DENRAN-PI  
ASSINATURA DO TITULAR

82696448415  
PI316715247

DETRAN-PI (PIAUI)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGRAMENTO DAS LEIS DO REGISTRO CIVIL  
**CERTIDÃO DE ÓBITO**

NOME  
**COSMO SILVA DO BONFIM**

CPF  
955.252.893-34

MATRICULA  
**149526 01 55 2018 4 00004 279 0002672- 99**  
(LIVRO C: 4 TERMO: 2672 FOLHA: 279)

SEXO **MASCULINO** COR **PARDA** ESTADO CIVIL E IDADE **DIVORCIADO 37 ANOS**

NATURALIDADE **DEMÉRVAL LOBÃO-PI** DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO **54425661 SSP-PI** ELEITOR **SIM**

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA  
FILIAÇÃO: TEOTONIO ALVES BONFIM e MARIA PEREIRA SILVA DO BONFIM  
RESIDÊNCIA: RUA SÃO VICENTE, Nº 410, CENTRO, DEMÉRVAL LOBÃO-PI

DATA E HORA DE FALECIMENTO **QUINZE DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO ÀS 20:59** DIA **15** MÊS **07** ANO **2018**

LOCAL DE FALECIMENTO  
**BR-316 PRÓXIMO A PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO, DEMÉRVAL LOBÃO-PI**

CAUSA DA MORTE  
**TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO, MOTOCICLISTA TRAUMATISMO EM ACIDENTE, OUTROS.**

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido) **CEMITÉRIO SÃO JOÃO NESTA CIDADE** DECLARANTE **MARIA PEREIRA SILVA DO BONFIM**

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO  
**YUSMARI MARTINEZ HEREDIA - 2200451 PI**

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER  
**SEM INFORMAÇÃO**

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	54426661		SSP-PI	
Cartão Nacional de Saúde	980016297096304		SUS	
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	026955601511	054/0027	DEMÉRVAL LOBÃO	PI

\* As anotações de cadastro não são obrigatórias e devem ser preenchidas apenas quando solicitado pelo órgão expedidor ou quando necessário para identificação de seu portador.

NOME DO OFÍCIO: OFÍCIO ÚNICO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

OFICIAL

REGISTRADOR: GONÇALA FERREIRA DA SILVA

MUNICÍPIO/UF: DEMÉRVAL LOBÃO-PI

ENDEREÇO: AVENIDA PADRE JOAQUIM NONATO Nº 907 CENTRO

TELEFONE: (86)3260-1712 (86)99482-7151

E-MAIL: cartoriodemervallobao@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.  
Data e local: DEMÉRVAL LOBÃO, PI, 20 de Julho de 2018.

*Nathalia Luiza Oliveira Morreiro*  
Assinatura do Oficial

**Nathalia Luiza Oliveira Morreiro**  
Escrevente Autorizada



ARPENBRASIL AA 00857255 BRP